ORIGEM E FUNDAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (*).

PREFÁCIO

Em 7 de setembro de 1910, um serviço nacional de proteção indígena, comumente conhecido com o S.P.I., ou Serviço de Proteção aos Índios, foi inaugurado no Brasil. Sendo um departamento dentro do Ministério da Agricultura, seus poderes de supervisão, em âmbito nacional, dos assuntos indígenas e o fato de ter responsabilidade apenas perante o Govêrno Federal, ameaçaram a soberania dos Estados e provocaram a oposição daqueles que temiam a tendência do século XX em direção a um govêrno mais forte e mais centralizado.

Aquêles que se opuseram à fundação do Serviço por razões puramente políticas foram apoiados em sua atitude por indivíduos e organizações comerciais, que viam no S.P.I. uma ameaça à continuação das vendas altamente lucrativas de terras ocupadas pelos índios e da exploração do trabalho indígena.

Ao lado dêstes motivos políticos e comerciais de oposição à criação do S.P.I., havia os religiosos. O programa leigo de instrução dos índios, previsto nas diretrizes do S.P.I., marcou um desvio radical da secular prática brasileira de encarregar o clero de tôda a responsabilidade e supervisão de seu bem-estar e de sua educação. Naturalmente a Igreja Católica ressentia-se desta ameaça àquilo que sempre se tinha considerado seu sacro direito à catequese entre os pagãos. Mesmo no meio daqueles que nunca tinham aceito a idéia da responsabilidade da Igreja, havia muitos que punham em dúvida, se selvagens primitivos poderiam melhor ser atendidos por funcionários públicos do que por padres, frades e freiras, os quais,

^{(*). —} Título do original datilografado — "The Origin and Establishment of Brazil's Indian Service — 1889-1910. (Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of the University of Texas in Partial Fulfillement of the Requeriments for the Degree of Doctor of Philosophy). Austin, Texas, August 1955". Tradução por J. Philipson.

sem laços de família, podiam dedicar-se irrestritamente ao serviço de seus semelhantes.

Constitui objetivo dêste estudo responder a seguinte questão: "Como foi possível a fundação, em 1910, de um serviço tão estranho à filosofia dos direitos de estado, tão prejudicial aos interêsses egoistas do comércio e tão contrário à tradição da supervisão eclesiástica do bem-estar indígena?" Implícitas nesta questão há muitas outras de natureza mais específica: Por que se fundou o Serviço só vinte anos depois da queda do Império e da separação da Igreja e Estado e não nos primeiros anos da República? A quem deve o Brasil o S.P.I. e a política indígena refletida em suas atividades? Às idéias ou à ação de um único indivíduo? A uma sociedade beneficiente ou organização eclesiástica? Aos desejos ou exigências da classe intelectual ou da opinião pública? À influência de projetos semelhantes em outros países do hemisfério ocidental? Criou-se o S.P.I. para satisfazer uma necessidade que não podia mais ser ignorada ou apareceu êle como resultado fortúito de uma barganha política no Congresso Nacional?"

Não há aqui nenhuma tentativa de passar em revista o esfôrço secular da Igreja e da Corôa para proteger os índios do Brasil contra a exploração de seu trabalho e a apropriação de seus territórios de caça. Muitos estudos em língua portuguêsa foram feitos sôbre os resultados em grande parte inócuos daquele esfôrço bem intencionado. O leitor encontrará uma relação resumida de tôda a legislação de antes de 1910, favorável ou desfavorável aos interêsses dos nativos brasileiros, na Publicação n.º 94 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, isto é, do conselho de supervisão do S.P.I. (1).

Na opinião do autor, o presente trabalho traz três contribuições distintas para o conhecimento histórico das origens do S.P.I. Historiadores brasileiros referiram-se brevemente a vários aspectos do conflito entre tribos hostis e seringueiros da região amazônica, colonizadores dos estados centrais e meridionais ou trabalhadores na construção de estradas de ferro. No entanto, o autor acredita que nenhum dêles fêz um estudo geral das muitas formas de profunda penetração civilizatória e invasão ampla das terras indígenas no Brasil, depois do advento da República em 1889. Tal estudo é brevemente apresentado nos capítulos iniciais, como resposta par-

L. Humberto de Oliveira (editor), Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro (Rio de Janeiro, 1947).

cial à questão, em que medida a criação do S.P.I. é devida a uma necessidade real em 1910. O trabalho mostra que a penetração do território indígena por agentes da civilização tomou vulto maior, tanto em relação a sua profundeza como ao seu volume, durante os primeiros anos da República, e que daí resultou uma situação, por volta de 1908, que exigiu ação drástica e imediata, para assegurar a sobrevivência dos índios e a continuação do progresso econômico da nação.

Por muito tempo, estudiosos dos assuntos indígenas e historiadores brasileiros sabiam que, durante um ou dois anos antes do aparecimento do S.P.I., havia um debate acalorado na imprensa do país e nas sociedades científicas, discutindo a questão, se os índios hostis, que estavama obstruindo a expansão industrial e nacional e atrasando o avanço da construcão de linhas ferroviárias e telegráficas, deveriam ser pacificados ou exterminados. Também, sôbre êste assunto, pelo que o autor acredita, não se publicou nenhum estudo formal e detalhado, antes do presente. Constitui uma das finalidades primordiais desta investigação a localizazção dos começos daquele debate e a revelação de seu desenvolvimento, passo a passo, através dos editoriais e artigos dos jornais mais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, através das discussões e atividades de propaganda das sociedades científicas influentes dêstes mesmos Estados, e através das contribuições de destacados Indianistas nos Congressos nacionais e internacionais de 1908-1910.

A terceira parte dêste estudo retrata, com bastante detalhe, os passos tomados pelo Govêrno Federal, parcialmente em consequência do debate descrito, para assuir a responsabilidade do bem-estar dos índios. Descreve a maneira, pela qual o Ministro da Agricultura, pela primeira vez, se intromete no debate indígena, no comêço de 1910, justamente quando êste debate estava chegando a um ponto morto quanto à questão do contrôle eclesiástico ou governamental da instrução indígena. Refere-se também a alguns dos métodos, usados pelo Ministro, para averiguar, se o país estava em condição de aceitar um serviço governamental de proteção indígena. Passa em revista os regulamentos de 1910 do S.P.I. e procura mostrar, quais eram as fôrças responsáveis pelos principais setores na política indígena, resultante daqueles regulamentos. Finalmente mostra os passos, pelos quais o esbôço do regulamento do S.P.I. se tornou lei, e termina com um relato da cerimônia inaugural, de 7 de setembro de 1910, que formalmente institui êste Serviço, que ainda hoje está em atividade. O autor acredita que também esta parte de seu trabalho constitui uma contribuição original para a história das origens do S.P.I.

A presente obra exigiu o exame cuidadoso de jornais brasileiros e das atas das sociedades científicas do Rio de Janeiro, de Campinas e de São Paulo, fontes do período de 1908-1910, que não se encontram com facilidade nos Estados Unidos. Grande parte da pesquisa, portanto, foi realizada no Brasil, em bibliotecas municipais, estaduais e nacionais, nos arquivos e museus estaduais e nacionais e nos arquivos nacionais do Rio de Janeiro.

A gratidão do autor é devida ao Dr. Herbert Baldus, diretor em exercício do Museu Paulista, pelas informações fornecidas e pelos serviços especializados do pessoal da biblioteca dêsse Museu; ao Dr. Frederico Lane, da mesma instituição, pelo uso de sua biblioteca particular e pela sua assistência gentil na pesquisa de dados em documentos raros e nos documentos pessoais de seu pai, Dr. Horace Lane, fundador do Colégio Mackenzie, em São Paulo; ao Dr. José Honório Rodrigues, diretor da Secção de Livros Raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela sua ajuda no adiantamento das pesquisas naquela instituição; ao Dr. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, por serviços prestados pelos seus funcionários; ao Dr. Jorge Zarur, do Conselho Nacional de Geografia, pela grande quantidade de mapas que ajudaram na primeira fase dêste estudo; ao Dr. Eduardo Galvão, diretor da "Secção de Orientação e Assistência" do S.P.I., por ter facilitado o contacto com outros membros do Serviço; ao Dr. Darcy Ribeiro, diretor do Museu do Índio, do Rio de Janeiro, e chefe da "Secção de Estudos" do S.P.I., pelas suas valiosas sugestões e sua ajuda indispensável na localização de informações essenciais para êste trabalho; à Dra. Heloisa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), do Rio de Janeiro, por informações de valor e permissão de usar os arquivos do Museu; à sua irmã, Da. Marieta Tôrres, arquivista do Museu Nacional, pela sua amável ajuda na utilização daqueles documentos; e à Da. Nair Miranda Pirajá por informações pouco conhecidas e recordacões pessoais de seu pai, Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura e um dos principais responsáveis pela fundação do S.P.I. Embora êstes amigos e conselheiros tenham contribuído muito para êste trabalho, de forma alguma são êles responsáveis pelos enganos e omissões que possa conter.

O autor deseja igualmente agradecer ao Dr. Howard Cline, diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso. pelos seus conselhos sempre sábios; ao Dr. Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia, pela sua leitura crítica da primeira parte dêste trabalho; ao Dr. H. C. Tucker pelos dados fornecidos por sua biblioteca e por recordações pessoais do Brasil nos primeiros anos dêste século: ao Dr. George Boehrer. da Universidade de Marquette, e ao Dr. Samuel Guy Inman pelas respostas a questões específicas em suas respectivas especialidades, à Dra. Nettic L. Benson, bibliotecária da Coleção Latino-Americana da Universidade de Texas, pelos conselhos sôbre a técnica de uma bibliografia em língua portuguêsa; ao Dr. Lewis Hanke, da mesma Universidade, por ter facilitado o contacto do autor com cientistas brasileiros, pela descoberta no Brasil de dados que tinham escapado à sua atenção, e pelo exame crítico da pesquisa realizada; ao Dr. Carlos E. Castañeda, também da Universidade de Texas, pelo seu trabalho paciente e consciencioso no preparo desta dissertação; e aos membros do Comitê de Supervisão pela leitura cuidadosa dêste manuscrito e pelas suas sugestões valiosas.

David H. Stauffer.

Austin, Texas. Agôsto de 1955.

I

O NOVO AVANÇO EM TERRITÓRIO INDÍGENA.

Durante as primeiras duas décadas da República, 1889-1908, o Brasil tornou-se intensamente interessado em seu vasto **hinterland** e em suas populações primitivas. Geógrafos, cientistas e engenheiros entraram no interior em números crescentes. Expedições com motivos políticos, científicos e econômicos abriram picadas até os recantos mais distantes do continente.

Este avanço não estava baseado em penetrações anteriores. As invasões dos dias coloniais, embora épicas, não deixaram quase nada que lhe pudesse servir de fundamento. Elas estavam tão bem delimitadas quanto à época, que vários historiadores lhes puseram datas categóricas. Basílio de Magalhães, num trabalho geográfico altamente elogiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indicou um período de profundo avanço territorial, de 1526 a 1700, subdividido em ciclos de garimpagem de ouro (segunda metade do século XVII), de caca de escravos indígenas (1562-1695) e de mineração de ouro (de 1693 até o fim do século XVIII); um período de expansão da criação de gado, 1590-1690; uma época das missões católicas no vale superior do Amazonas, no século XVII; e finalmente um período de invasão e colonização de Mato Grosso, Goiás e das regiões ao sul e ao oeste do Estado de São Paulo, no século XVIII (1). Mas tais incursões representavam antes vitórias sôbre o espaço e o homem primitivo do que uma conquista duradoura da terra em si. Não deixaram nenhum legado de rêde de transportes, de verdadeiro desenvolvimento territorial e colonização efetiva. Quando, no século XIX, se desenvolveu em certas áreas férteis do interior próximo, uma economia de fazendas à base de escravos, ela não representou uma penetração agressiva das terras dos índios como as anteriores. Com certas exceções nas regiões amazônicas da borracha e na fronteira dos estados meridionais, constituída de pequenas propriedades, o interior do Brasil esteve calmo durante o Império, e o índio gozou uma espécie de armistício da exploração e perseguição.

Novos incentivos para a expansão ao oeste apareceram com a queda do Império em 1889. Os mais poderosos eram de natureza política. Pela Constituição de 1891, uma federação de estados com relativa autonomia foi colocada no lugar de um govêrno centralizado que era o imperial. Presidentes de Estado aumentaram seus poderes à custa tanto da autoridade municipal como da nacional. Vastas regiões inabitadas tornaram-se próprio estadual e não federal, e o contrôle dos planos imigratórios, para enchê-las, foi ficando gradativamente nas mãos dos Estados e de agências particulares. Desta maneira, a jovem República sentia-se como se desalojada do interior e quase isolada no Rio de Janeiro. Para contrabalancar êste enfraquecimento de seu poder e prestígio político, o Govêrno Federal lançou-se enèrgicamente num programa de desenvolvimento de transportes e comunicações. Este programa foi descrito por Francisco Oliveira Vianna, autor brasi-

^{(1). —} Magalhães, Expansão geográfica do Brasil colonial, 2a. ed. (São Paulo, 1935), pág. 406 e seguinte. Outras monografias competentes sôbre êste assunto foram escritas por Escragnolle Taunay, Gentil de Assis Moura, Paulo Prado e Alfredo Ellis Júnior.

leiro dos mais distintos e autoridade no assunto das relações, intimas no seu país, entre política e geografia e população, como um esfôrço para ligar as partes desconexas da nação com cordões, representados por trilhos e fios telegráficos (2).

Não foi êste o único incentivo para a expansão rumo ao oeste. A jovem República, preocupada com dificuldades financeiras e fraqueza militar, temia a violação de suas fronteiras do oeste. A falta de comunicações significava que notícias de invasão levariam dias ou semanas para chegar à Capital. Tropas levariam semanas para chegar à zona ameaçada, em caso de um ataque. Para chegar até a fronteira da Bolívia, por exemplo, elas estariam em caminho durante trinta dias. descendo pela costa meridional e do Uruguai, subindo o Rio da Prata, controlado pela Argentina, e de lá subindo o Rio Paraná até Corumbá. Como muitas partes das fronteiras setentrionais e ocidentais do Brasil estavam apenas vagamente definidas e quase completamente sem defesa, havia boas razões para não apenas ligar os principais centros de população de hinterland com o Rio de Janeiro, mas também para estender linhas ferroviárias e telegráficas através de floresta virgem e pântanos até os recantos mais inacessíveis do país.

Marcação de fronteiras e expansão territorial.

Muito antes do estabelecimento destas comunicações, no entanto, o Brasil tomou parte numa série de acordos, destinados a opor-se à ameaça imediata de conflitos por causa de limites. Na Primeira Conferência Internacional Americana, de 1889, o Brasil tomou parte junto com a Bolívia, o Equador, a Guatemala, e Haiti, Honduras, Nicaragua, Salvador e os Estados Unidos numa decisão para resolver logo e amigàvelmente todos os desacordos pendentes sôbre limites e direitos de navegação fluvial.

Éste **Acôrdo** de 1889 preparou o caminho para uma série de oito tratados, durante as duas décadas seguintes, entre o Brasil e os governos dos países vizinhos.

Um tratado com a Argentina em 1889 terminou com as divergências sôbre as fronteiras com aquêle país. Alguns anos mais tarde, em 1896, um tratado de amizade, comércio e navegação foi assinado com a Bolívia. As controvérsias sôbre os limites meridionais da Guiana Francesa e da Britânica foram

F. S. Oliveira Vianna, Evolução do povo brasileiro, 3a. edição (São Paulo, 1938), pág. 341. Veja também pág. 332.

finalmente terminados por um tratado com a França em 1897 e com o Reino Unido em 1901.

Os atritos antigos por causa dos limites do Brasil com a Bolívia e o Perú foram finalmente resolvidos por tratados com cada país, em 1903 e 1904 respectivamente. Um tratado final de arbitragem foi assinado com a Argentina em 1905, seguido dois anos mais tarde pela marcação da fronteira do Brasil com a Colômbia. O último desta série de tratados, o de 1909 com o Perú, completou o estabelecimento da fronteira do Brasil com aquêle país e assim se fechou a última brecha para uma invasão acidental ou justificável de território brasileiro (3).

Significativo para êste trabalho é o fato de que êstes oito tratados, entre 1889 e 1910, abriram terras indígenas que de outra forma poderiam ter ficado por vários anos ainda sem serem perturbados pela civilização ocidental. Aos acordos internacionais sôbre fronteiras disputadas seguia-se em apenas semanas e meses, às vêzes anos, a investigação de campos. Turmas de reconhecimento, acompanhados por carregadores indígenas ou mesticos, guardadas frequentemente por destacamentos militares, picaram seu caminho através de pântanos e mato estafante. Estas expedições evitaram o contacto com índios hostis sempre quando possível, mas descrições de repetidos ataques e contra-ataques encontram-se em seu relatórios. Infelizmente para o índio, depois do reconhecimento e da determinação oficial das fronteiras ocidentais, a presença perturbadora do branco e de sua civilização pairava como uma nuvem permanente no horizonte. Tropas ficaram estacionadas para patrulhar as fronteiras. Caminhos já existentes foram melhorados e novos acrescentados. A supressão do comércio de contrabando mereceu mais atenção. O número de postos fronteiriços foi aumentado. Estoques de gêneros apareceram, lembrando ao índio de que agora não se tratava de uma expedição passageira mas de ocupação permanente.

Uma ameaça ainda maior para a continuação do isolamento dos índios foi a aquisição pelo Brasil, em 1904, do território do Acre. Esta região foi cedida ao Brasil pela Bolívia, no cé-

^{(3). —} Éstes tratados estão in Sá Vianna, "O Brasil e a arbitragem internacional", Annaes da Biblioteca Nacional, 1918, XL (Rio de Janeiro), págs. 135-138. (Esta publicação periódica será posteriormente citada na ortografia moderna). Quamdo o Presidente Nilo Peçanha se dirigiu ao Congresso Nacional, em maio de 1910, foi-lhe possível dizer que finalmente os limites do Brasil com todos seus vizinhos estavam claramente definidos. V. Mensagens presidenciais: 1910-1914. Câmara dos Deputados. Documentos parlamentares (Rio de Janeiro, 1912), pág. 689.

lebre tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, ratificado no próximo ano por ambas as nações. Pela sua localização, ao nordeste da selvagem serra peruana La Montana, o Acre estava quase isolado tanto do Perú como da Bolívia, ambos passes que almejavam a região durante muito tempo, por causa de suas ricas florestas de borracha. Ela estava, porém acessível ao Brasil pelos cursos superiores dos rios Perús e Juruá. confluentes ocidentais do sistema do Amazonas.

Por causa de seu tamanho (o Acre é maior que Santa Catarina e sete outros Estados da União) e de seu sistema de comunicações desesperadamente inadeqüado, o Presidente Rodrigues Alves prontamente dividiu o território em três unidades administrativas: Alto-Acre, Alto-Purús e Alto-Juruá. Os administradores mandados por êle para estas regiões comunicavamse mùtuamente, e com os seus superiores no Rio, através de um sistema telegráfico, o qual, por meio de postos intermediários, chegou até Manaus, a mais ou menos 1.500 kms ao nordeste do Acre. Este meio de comunicação estava tão falho e o Govêrno Federal estava tão preocupado com a boa administração do novo território, que o Presidente Afonso Pena decretou, em 1907, a formação de um conselho de obras públicas no Acre, para construir estradas de ferro, retirar obstáculos dos rios navegáveis e apressar a colonização de regiões desabitadas (4).

O interêsse crescente do Govêrno Federal e a intervenção cada vez maior no desenvolvimento interno do território do Acre serviram como introdução ao índio do hinterland e aos seus problemas. Relatórios sôbre exploração e massacre dos nativos naquela região não foram mais enterrados nos arquivos de políticos locais e estaduais, mas foram enviados diretamente aos ministérios e apresentados a um público nacional. Cientistas, engenheiros, educadores, agrônomos, oficiais do exército e funcionários do govêrno foram enviados do Rio, para administrar e desenvolver o Território. A êstes homens se ofereceu uma oportunidade de presenciar o conflito profundo entre índios hostis e aquêles que procuravam explorar seu trabalho na coleta da borracha. Representantes do govêrno, como Thaumaturgo de Azevedo que administrou uma parte do território do Acre e lá introduziu em 1906 um programa de reforma judicial, destinado a proteger os nativos de exploracão e massacre, conseguiram uma compreensão do índio, um

^{(4). —} Afonso Pena resumiu êste plano e sua motivação na sua mensagem presidencial ao Congresso de 3 de maio de 1907. V. Mensagens presidenciais: 1891-1926, vol. I, pág. 584.

desêjo para ajudar a uma certa quantidade de experiência de como agir. Desta forma, homens com compreensão, experiência e simpatia para os indígenas puderam ser encontrados no Rio de Janeiro, depois de 1908, para falar com autoridade sôbre o problema da exploração e exterminação dos índios.

Expansão ferroviária.

Embora não constituisse um avanço tão rápido para o interior, como o trabalho do ajustamento das fronteiras e do desenvolvimento do território do Acre, a penetração ferroviária servia também para levar os pensamentos e as atividades do govêrno da jovem República em direção ao oeste, às terras indígenas. Tal oportunidade não se tinha apresentado antes de 1889. O transporte ferroviário, de fato, tinha aberto novas terras de café no centro do Estado de São Paulo, mas não tinha entrado muito nas regiões densamente arborizadas e inexploradas, habitadas por tribos de índios hostis. Além disso, durante o Império, os poucos atritos entre trabalhadores ferroviários e indígenas raramente envolveram o govêrno diretamente. Aproximadamente uma guarta parte apenas dos 8.890 kms de trilhos, em uso para o tráfego em 1 de janeiro de 1889, era propriedade estatal. No entanto, a fonte utilizada para obtenção dêstes algarismos (5), revela que dos 4.995 kms projetados ou em construção naquele ano, quase a metade estava sob contrôle governamental, parecendo assim que havia uma tendência para o aumento das responsabilidades do govêrno na construção das ferrovias.

Durante a República esta tendência continuou e ligou-se a outra, tendo em vista a melhor cooperação entre as linhas principais e as mais independentes, inclusive a integração gradativa destas últimas, cujo método de ligar centros de população sem plano pré-estabelecido tinha retardado o desenvolvimento de um sistema ferroviário eficiente e lucrativo. Linhas pequenas foram compradas pelo govêrno ou por companhias maiores. Encampação tornou-se o preceito do dia. Linhas isoladas consolidaram-se em sistema. Por volta de 1907 uma rêde nacional de comunicação ferroviária, pela maior parte controlada pelo govêrno diretamente ou então por cláusulas de contratos de arrendamento, estava abrindo sua

^{(5). —} Adolpho Botelho, "Viação férrea nacional", Correio Paulistano, 24 de dezembro de 1908, pág. 1, colunas 2 e 3.

rota para o interior e encontrando resistência de algumas das tribos relativamente hostis (6).

Este avanço ferroviário post-imperial pode ser relatado resumidamente. Já em 3 de maio de 1890, durante a administração do govêrno provisório, nomeou-se uma comissão ferroviária para esboçar um plano geral de ampliação da rêde. Seu relatório, apresentado dois anos mais tarde, recomendou a construção de algumas linhas compridas de penetração de regiões apropriadas e a ampliação de certas linhas "estratégicas" para chegar a alguns isolados postos fronteiriços (7). Tais sugestões não receberam atenção imediata. Nove anos mais tarde, Campos Sales em sua mensagem presidencial ao Congresso (3 de maio de 1901) advertiu que a segurança do Brasil estava em perigo, justamente por falta daquele tipo de comunicações que já foram recomendados em 1892. Éle recomendou a construção de "grandes artérias", pelas quais tropas e gêneros pudessem ser transportados ràpidamente a qualquer ponto ameaçado das fronteiras ocidentais. No ano seguinte éle voltou a êste assunto, quando esboca as vantagens militares que se esperava obter pela construção de uma estrada de ferro, que ia ligar os Estados do Paraná e Mato Grosso (8).

Em 1903, Rodrigues Alves enviou sua primeira mensagem ao Congresso Nacional e nela chamou a atenção especialmente para a necessidade de se melhorar as ferrovias do norte e de se construir uma ligação entre a Capital Federal e as fronteiras do sul e do oeste. Embora julgando que ainda não tinha chegado a época para grandes expansões, o Presidente assegurou à nação que as condições econômicas estavam melhorando e que o govêrno agora iria considerar a tarefa de construção de estradas de ferro como uma das suas obrigações principais (9). As linhas de "penetração" e as "estratégicas", recomendadas pela comissão ferroviária em 1892, mereceram agora (depois de 1903) maior atenção. As assim chamadas linhas "de penetração" foram planejadas para ligar aque-

^{(6). -} Lionel Wigner, "The Railways of Brazil", Cassiers's Magazine: An Enginneering Monthly, XXXVIII (maio-outubro de 1911), pág. 152.

Trata-se de um estudo do desenvolvimento ferroviário do Brasil antes de 1910, escrito no Brasil por um especialista competente de construção ferroviária nas regiões subdesenvolvidas da África e da América do Sul. V. também Annuario Estatístico do Brasil; 1908-1912. Economia e Finanças: Ministério de Agricultura, Indústria e Commercio, II (Rio de Janeiro, 1916), pág. 31. Esta publicação será citada posteriormente como Anuário Estatístico...

^{(7). -} Wiener, "The Railways...", pág. 88.

^{(8). —} Mensagens, vol. I, pág. 254 e 285. (9). — Ibidem, vol. I, pág. 254.

las partes do sistema ferroviário costeiro, que já estavam bem desenvolvidas, com os grandes vales fluviais do interior dis tante, isto é, o do Paraná, do São Francisco e do Amazonas. As linhas "estratégicas" (às vêzes chamadas "militares") fo ram planejadas para ligar a capital do país com os pontos relativamente isolados das fronteiras terrestres: com Livramento, por exemplo, na fronteira com o Uruguai, e com Corumbá, na fronteira com a Bolívia.

A marcha ferroviária pelo interior exigiu apôio governamental cada vez maior. Foi demonstrado como o Govêrno Federal começou a tornar-se dono e dirigente de estradas de ferro, durante os primeiros anos da República. Isto em grande parte foi o resultado de politicagem. No entanto, desta forma, começou-se a obter um contrôle mais firme daquelas estradas de ferro, que. depois de 1903, começaram a avançar em território inexplorado. As linhas "de penetração" e as "estratégicas" dependiam de apôio governamental. Sua finalidade era a de atrair povoadores e não de servir a populações já existentes, assim êles entraram em linha reta criando cidades e aldeias, e não em curvas em busca delas. Suas turmas de reconhecimento e de construção abriram brechas na floresta ainda não tocada pelo civilizado, e às vêzes êste avanço foi bloqueado por índios hostis.

As medidas de proteção, necessárias para manter o avanco das estradas de ferro em face de tais obstáculos, exigiram subsídios e intervenção governamentais cada vez maiores. O custo das obras aumentou na medida em que guardas tiveram que ser incluídos no pessoal. Às vêzes o uso mais econômico de batalhões especializados do exército reforçou ou substituiu o trabalho civil. Foi o govêrno que forneceu armas e munições aos trabalhadores, que estipulou o número de colonizadores que deviam se estabelecer ao longo das linhas, e que se responsabilizou, em parte, pelo fornecimento de imigrantes para esta finalidade. Ao Govêrno Federal, muito frequentemente, os Estados cederam os direitos de propriedade relativos às terras margeando estas linhas por cem quilômetros ou mais em ambos os lados. Assim a penetração ferroviária do interior longínquo, durante a primeira década dêste século tornou-se uma emprêsa comum entre homens de negócio e o govêrno. Quando, depois de 1903, tribos hostis do Brasil meridional tentaram sustar êste avanço, elas não apenas desafiaram as fôrcas de expansão econômica mas principalmente o próprio Govêrno Federal.

A resistência dos índios estava especialmente obstinada em São Paulo e nos Estados meridionais. No fim de 1907 o Ministro da Indústria, no Rio de Janeiro, recebeu do engenheirochefe da linha "de penetração" Rio Grande-São Paulo a seguinte mensagem:

"Regressei ontem de São João, próximo à zona infestada pelos índios. Verifiquei ser exato o pessoal ter abandonado os serviços de exploração protestando não voltar ao trabalho sem efetiva garantia... Acabo de conferenciar com o representante da companhia arrendatária que me pediu para insistir pedindo a vinda urgente de fôrça, a fim de evitar a retirada do pessoal da zona de trabalho, pois será difícil reuní-los depois novamente... (10).

Clovis de Gusmão, escrevendo em 1942, recontou um incidente, ocorrido em 1907, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, uma linha "estratégica" destinada a Corumbá, na fronteira boliviana. Segundo êste autor, dois engenheiros com mais de trezentos trabalhadores estavam esperando a chegada de um trem para levá-los ao lugar das obras. O que aconteceu êle descreve com as seguintes palavras:

Uma hora, duas. De súbito, ao longe, o apito. E o trem se aproxima. Traz os cadáveres de cinco homens com as cabeças decepadas pelos índios. Escusado será dier que os trabalhadores debandaram todos. De outra feita, dois assentadores de dormentes foram mortos a flechadas! Nova debandada. E assim, prejudicada por essas crises, é que a Estrada de Ferro Noroeste prosseguiu pelo sertão afora. Quando os índios não podiam matar, incendiavam as casas. E na zona conflagrada eram necessárias duas turmas; uma apetrechada com os instrumentos de trabalho, e outra que, de rifle a tiracolo, e com o sistema militar das sentinelas, a garantia (11).

Por volta de 1910, o estado desta linha era tão precário que seu construtor notificou o Ministro da Viação e Obras Públicas, no Rio de Janeiro, que as obras estavam no ponto de ficarem paradas por causa da impossibilidade de continuá-las em face da oposição indígena (12).

^{(10). -} Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), 4 de dezembro de 1907.

^{(11). —} Clovis de Gusmão, Rondon: A conquista do Deserto Brasileiro (Rio de Janeiro, 1942), págs. 123-124.

^{(12). —} Um breve relatório desta crise na penetração ferroviária de São Paulo e dos Estados do Sul, aparece em Amilcar A. Botelho de Magalhães, Rondon, uma Relíquia da Pátria, "Fé de Ofício" do General Cândido Mariano da Silva Rondon de 1881 a 1930 (Curitiba, 1941), pág. 69.

Sem dúvida havia provocação para muitos dos ataques dos índios. Espingardas de repetição eram mais mortais que flechas, e os trabalhadores freqüentemente rivalizavam com os índios em crueldade. Uma passagem tirada de uma carta ao redator do "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de outubro de 1908 abona êste ponta de vista:

E' horroroso o que praticam os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre Bauru e Avanhandava, com os pobres índios Coroados.

Aqui o assassínio do índio é uma espécie de **sport**, chega a ser mesmo uma divertidíssima caçada para os referidos trabalhadores.

Há dias, na ocasião em que os míseros **Coroados** realizavam um casamento segundo o seu rito, ao que afirmam os entendidos, foram vistos pelos trabalhadores da Estrada, que, a tiros de carabina, assassinaram homens, velhos, mulheres e crianças, poupando tão sòmente a vida de uma jovem índia, de quem abusaram da maneira mais indigna, cometendo em seguida uma série de cenas de vandalismo (13).

Estas duas descrições de atrocidades relativas aos índios, que bloqueavam o avanço da "Estrada de Ferro Noroeste", não devem ser necessàriamente aceitas como històricamente corretas. E' difícil encontrar relatórios de testemunhas oculares sôbre conflitos com indígenas, escritos imparcialmente. A importância de tais relatórios não está nos detalhes dos massacres praticados por um ou por outro lado, mas antes no fato de que êles apareciam nos diários, servindo aquêles que desejavam contribuir para um sentimento popular em favor da proteção ou do extermínio daqueles índios.

O segundo exemplo de brutalidade, seguido por rápida e sangrenta vingança poucos dias depois, não foi um caso tão excepcional como se poderia supor. Botelho de Magalhães, hoje secretário em exercício do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, provou (Rondon, p. 69 e em outros lugares) que nos crescentes conflitos entre índios e agentes vanguardeiros da civilização ocidental, depois de 1900, crueldades cada vez mais bárbaras foram praticadas por ambos os lados. Havia guerra sem piedade.

^{(13). —} Correio da Manhã (Rio de Janeiro), 16 de outubro de 1908. (Apud Nelson Coelho de Senna, Os índios do Brasil. Memória Ethnographica, em segunda edição, Belo Horizonte, 1908, pág. 31, nota). V. também Diário Popular (Rio de Janeiro), 29 de outubro de 1908.

Ainda recentemente, Herbert Baldus, etnólogo do Museu Paulista de São Paulo, relatou uma conversa com um velho caboclo que tinha tomado parte em matanças de índios, no comêço do século. Quando interrogado se as mulheres indígenas eram massacradas também, o velho respondeu: "Matamos tudo, porque o índio é pior que bicho, pois tem as unhas venenosas". Isto, Baldus acrescenta, era a linguagem daquilo que os etnólogos chamam de "choque cultural" (14).

As notícias sôbre conflitos entre trabalhadores e índios criaram uma situação cada vez mais embaraçosa tanto para os interêsses comerciais como para o govêrno. Quando os contratos com o govêrno ofereceram vantagens financeiras, dependendo do acabamento com data marcada de certas partes das linhas, os esforços furiosos para ficar dentro de tais prazos tiveram como resultado um tratamento tão viciado de obstrução indígena que ao govêrno não era mais possível sancioná-lo moralmente. Apesar disso, a expansão ferroviária tinha-se tornado o símbolo do progresso econômico, de aumento de densidade demográfica, do avanço das fronteiras industriais e de cultivo, da segurança e unidade nacional. O govêrno estava tão profundamente envolvido nesta extensão dos trilhos e nos benefícios daí decorrentes, que não podia tomar uma posição superior e olhar o problema indígena com objetividade. Como um número pequeno de índios não civilizados e não tratáveis estava frustrando os legítimos interêsses do povo brasileiro, parecia haver justo motivo para seu afastamento, se apenas fôsse possível fazê-lo inoficialmente e com a menor publicidade possível. Não obstante, o govêrno não se orgulhou de seu papel no negócio, e, por volta de 1908, estava procurando uma solução diferente ao problema daquela que significava o prosseguimento do extermínio dos índios.

Extensão das linhas telegráficas.

Como no caso das estradas de ferro, o desenvolvimento rápido das comunicações telegráficas pelo interior causou o encôntro da jovem República com índios hostis, há muito tempo afastados do contacto direto com a civilização. As tribos mal conhecidas do oeste de São Paulo, de Goiás, Mato Grosso e do Amazonas não tinham tido contacto durante o comêço do desenvolvimento desta forma de comunicação. As linhas telegráficas, cuja finalidade era a de ligar as capitais dos Estados

^{(14). —} Herbert Baldus, "Os Oti", Revista do Museu Paulista Nova Sórie, VIII (1954), pág. 88.

do interior, por volta de 1889, tinham ido pouco além da fronteira setentrional do Estado de São Paulo. O govêrno Provisório retomou o plano, criando "comissões de penetração" para estender as linhas telegráficas não apenas às capitais de Goiás e Mato Grosso, mas em continuação, até às fronteiras ocidentais. Desta forma fundaram-se as comissões telegráficas de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, do Nordeste e finalmente uma planejada para ligar Belém, na embocadura do Amazonas, com Manaus, a uns mil e quinhentos quilômetros rio acima. Estas comissões foram idealizadas pela jovem República como tentativas não apenas para melhorar as comunicações mas também para abrir todo o hinterland do Brasil (15).

Este avanço em territórios predominantemente indígenas efetuou-se através de uma série de projetos, cada qual exigindo para sua realização um período de vários meses, senão, como em mais de um caso, oito ou nove anos. Em um período de treze meses, por exemplo, a partir de março de 1890, estenderam-se fios telegráficos de Cuiabá, capital de Mato Grosso, através de 514 quilômetros de terras selvagens até Araguiana, na fronteira ocidental de Goiás. Durante os anos de 1900 a 1904, Cuiabá foi ligado com a fronteira boliviana em Corumbá, cumprindo-se assim o desêjo expresso pelo presidente Prudente de Morais em 1895, de que o atraso na construção da estrada de ferro até aquêle lugar estratégico fôsse pelo menos parcialmente compensado por êste outro meio de comunicação (16).

Por volta de 1906, linhas telegráficas tinham sido instaladas da ponta meridional do Rio Grande do Sul até a rêde que estava partindo da parte central de Mato Grosso. Foi naquele ano, que um jovem engenheiro do exército, Cândido Rondon, foi encarregado de uma tarefa quase impossível — a construção de uma linha telegráfica da capital de Mato Grosso em direção ao noroeste, através dos rios tributários do Tapajós, por 1.150 quilômetros, até a cidade pioneira de Santo Antônio, no rio Madeira, a uns três mil e quinhentos quilômetros ao oeste da protuberância litorânea.

O efeito perturbador sôbre os índios desta invasão rápida e extensa de terras, que êles sempre tinham considerado com

^{(15). —} Uma breve resenha do desenvolvimento destas comissões pode ser encontrada em Cândido Mariano da Silva Rondon, Rumo ao oeste. Conferência realizada pelo General Rondon no D.I.P. em 3-IX-1940,e discursos do Dr. Ivan Lins e do General Rondon, pronunciados na Associação Brisileira de Educação, 17 de setembro de 1940 (Rio de Janeiro, 1942), pág. 78.

^{(15). —} Mensagens, I, pág. 121.

suas, foi aumentado pela maneira como esta penetração foi conduzida. Semelhantemente às estradas de ferro, as linhas telegráficas no interior distante nem sempre seguiram as rotas estabelecidas de viagem mas, ao contrário, abriram caminho através de regiões quase desconhecidas. Assim, muitos dos índios encontrados pelas turmas de reconhecimento e construcão nunca antes tinham visto um civilizado e muito menos a grande quantidade de equipamento curioso e, para alguns dêstes povos primitivos, aterrorizante, sugerindo uma invasão mais terrível do que de fato era o caso. Os índios ficaram especialmente perturbados pelos sinais de permanência do avanço. Não apenas postes e fios telegráficos, mas também currais e postos de manutenção acompanharam a coluna invasora. Um caminho para carroca de seis a onze metros de largura foi construído junto aos postes telegráficos, constituindo o meio de trânsito mais direto e frequentemente único entre os postos avançados do mato e os centros telegráficos do interior distante (17).

Deve-se notar, finalmente, que êstes principais projetos de construção de linhas telegráficas foram confiados a batalhões do exército. Daí, durante o período do nosso estudo, uma grande parte da fôrça construtora era representada por trabalho involuntário, isto é, por soldados forçados, os quais por terem sido punidos ou por falta de dinheiro não podiam escapar a esta tarefa árdua e perigosa. Tais homens, quando não constantemente vigiados, atiçavam tumultos ou com os nativos muito confiados ou com os demasiadamente belicosos. Muitos exemplos de ataques indígenas e perda de vidas em ambos os lados poderiam ser citados (18). Desta forma, pelo

(18). — Senna, Os índios, pág. 30. As comissões telegráficas, dirigidas por Rondon, diferenciam-se da maior parte das outras pelo feito notável de terem perdido muitos de seus próprios homens sem terem tomado a vida de um único índio. Este resultado se relaciona diretamente com êste estudo e será con-

siderado em capítulo posterior.

^{(17). —} Relatórios detalhados sôbre a disciplina severa e as privações excessivas da vida em acampamento nas comissões telegráficas, assim como descrições de seus muitos deveres, incluindo a construção de caminhos e pontes, de reconhecimento topográfico, de estudo etnográfico, de coleta zoológica e botânica, de observação climática e seu registro, e de investigações geológicas foram registrados por um oficial da Comissão Rondon (1907-1910 no Oeste de Mato Grosso); A. A. Botelho de Magalhães, in Impressões da Comissão Rondon, 5a. ed. (Rio de Janeiro, 1942), págs. 108-109, 367-369 e referências dispersas. V. também Missão Rondon. Apontamentos sôbre os trabalhos realizados pela Comissão de linhas telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amezonas sob a direção do Coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Publicados em artigos do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro em 1915. (Rio de Janeiro, 1916).

modo agressivo que freqüentemente caracterizou a extensão das linhas telegráficas assim como pelo próprio alcance desta penetração, desconfiança e mêdo em face do pioneiro desenvolveram-se entre muitas tribos do interior, transformando-se, em alguns casos, em resistência contra todos os outros elementos da civilização do homem branco.

Os efeitos posteriores da penetração telegráfica frequentemente eram mais perturbadores do que a investida original. Etnólogos a antropólogos, curiosos a respeito das tribos recentemente descobertas, apressaram-se em chegar a elas, antes de que sua cultura pudesse ser contaminada pelo contacto com a civilização. Naturalistas, aventureiros, repórteres e fotógrafos, missionários, negociantes e, freqüentemente, refugiados da sociedade ou de justiça — uns e outros ou todos juntos investiram contra o índio, freqüentemente através de caminhos construídos pelas comissões telegráficas. Culturas primitivas e isoladas foram submetidas às influências desorganizadoras e freqüentemente desmoralizantes de inovações sociais e materiais que muitas vêzes não estavam em harmonia com os costumes estabelecidos ou as necessidades peculiares dos nativos.

As comunicações melhoradas entre as cidades grandes do litoral e pontos distantes do interior, possibilitadas pelas rápidas construções de linhas telegráficas na primeira década dêste século, levaram o índio e suas preocupações mais perto daqueles brasileiros litorâneos que viviam fisicamente isolados das perturbações indígenas. O poderoso Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, publicava uma coluna diária na primeira página, intitulada "Telegramas", com pequenas notícias de interêsse sôbre o interior. Notícias de conflito com os índios constituiam sensação e eram publicadas logo que chegaram. Esta corrente de informações de regiões, onde o nativo estava criando uma ameaça cada vez mais séria ao progresso material, causou preocupação ao govêrno e, ao mesmo tempo, despertou simpatia popular pelo índio novamente descoberto.

Expedições etnológicas.

O estudo de campo das tribos do interior representou uma invasão menos poderosa e menos permanente, mas não obstante irritante das terras indígenas, e contribuiu por sua vez para a tensão crescente nas relações com os índios, depois do advento da República. Naturalmente, em anos anteriores já havia cientistas que se especializavam no estudo da cultura na-

tiva. O Príncipe de Wied Neuwied e Carl Friedrich von Martius viajaram entre os índios durante a primeira metade do século XIX e escreveram monografias valiosas sôbre as culturas nativas. Couto de Magalhães, em 1863, visitou as tribos do Araguaia no Brasil Central, e em 1875 João Barbosa Rodrigues publicou seu primeiro estudo sôbre as tribos da região amazônica. Sômente depois de 1884, no entanto, sob a direção de Karl von den Steinen, expedições verdadeiramente importantes começaram a entrar em contacto com culturas indígenas ainda não perturbadas pela civilização do branco (19).

A descoberta de tribos primitivos na região matogrossense do Xingú superior, como resultado das expedições de von den Steinen em 1884 e 1887, teve ampla repercussão, a qual, por sua vez, encorajou a procura cada vez mais intensa de civilizações indígenas até então desconhecidas ou pouco conhe-cidas. Paul Ehrenreich, depois de ter estudado os botocudos do Espírito Santo e de Minas Gerais e, em 1887, as tribos recém-descobertas do rio Xingú, começou pesquisas etnológicas entre tribos do rio Purús, na região dos rios tributários mais ocidentais do Amazonas. Hermann Meyer, depois de ter estudado os botocudos de Santa Catarina, mudou-se em 1896 para regiões desconhecidas de Mato Grosso. Max Schmidt entrou profundamente nas florestas dêste mesmo Estado, de 1900 a 1901, em busca de dados de seu interêsse: línguas e artefatos indígenas. Nove anos mais tarde se encontrava no recanto mais ocidental de Mato Grosso. Theodor Koch-Grünberg estava trabalhando entre os índios de Noroeste brasileiro, de 1903 a 1905, e Fritz Krause, em 1908, colecionava artefatos do vale do Araguaia no Brasil Central para o museu de Leipzig (20).

Outros cientistas, embora não todos tão bem treinados como êstes, estavam viajando extensivamente entre os índios durante êste período; entre êstes Telêmaco Borba e Afonso d'Escragnolle Taunay. Apenas as expedições mais importantes pelos mais competentes especialistas de civilizações indígenas

^{(19). —} Herbert Baldus, Bibliografia crítica de etnologia brasileira (São Paulo, 1954), pág. 13. Esta bibliografia de 859 páginas é um guia indispensável para o estudo genuíno da etnologia brasileira. A introdução (págv. 9 a 24) constitui um ensaio histórico sôbre o estudo científico dos índios do Brasil desde 1500 até a data de publicação. Um ensaio semelhante e de obtenção mais fácil foi preparado dois anos antes por um cientista competente, o Professor de Antropologia da Universidade de São Paulo, Egon Schaden, intitulado "O Estudo do Índio Brasileiro: ontem e hoje", foi publicado na Revista de História, n.º 12 (São Paulo, outubro-dezembro de 1952), págs. 385-401.

foram mencionadas aqui, mas estas poucas serão suficientes para dar uma idéia da insistência poderosa, com a qual culturas indígenas isoladas foram deliberadamente procuradas e pesquisadas durante os últimos anos do Império e os primeiros da República.

Para o índio tratava-se de apenas mais uma forma de invasão. O máximo em cuidado por parte dos etnólogos ou antropólogos não teria sido suficiente para dissipar completamente a convicção do índio de que o branco o estava cercando. Embora tais cientistas geralmente falassem a língua nativa ou tratassem ràpidamente de aprendê-la e embora tomassem muita precaução para não alterar os costumes tribais, êles mesmos assim perturbaram os índios pela frequência crescente de suas visitas em expedições cada vez maiores. Pouco a pouco mais e melhor equipamento foi introduzido e quantidades maiores de raridades indígenas foram colecionadas e levadas embora. Se não tivesse havido no Brasil a curiosidade intelectual de etnólogos como Karl von den Steinen e a publicidade dada aos resultados de suas pesquisas em revistas científicas e populares, êstes índios de regiões relativamente isoladas poderiam ter ficado em paz por muitos anos ainda.

Investigações geográficas.

Para a infelicidade daqueles índios que escaparam tanto do penetrante avanço das linhas de comunicação como da procura apressada dos etnólogos treinados, desenvolveu-se durante êste mesmo período (1889-1910) um interêsse geográfico intenso pelas regiões menos conhecidas do país. Em qualquer parte onde nos mapas do Brasil ficavam grandes espaços em branco marcados apenas com a palavra desconhecido, os geógrafos resolveram investigar. Na liderança desta onda de exploração estava a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Neste Estado, adiantando-se ao avanço ferroviário, a comissão geográfica, depois de 1888, mandou sucessivas expedições aos vales inexplorados dos rios Itapetininga e Paranapanema. Por volta de 1908, quase todos os vales fluviais em direção este-oeste tinham sido examinados e corretamente assentadas no novo mapa estadual, publicado naquele ano, para a Primeira Exposição Nacional, no Rio de Janeiro. Nessa época também outros Estados estavam levando adiante projetos semelhantes. Havia expedições trabalhando ao longo das fronteiras disputadas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Pelo Brasil inteiro, geógrafos capazes estavam ocupados com a exploração e o levantamento de serras e vales fluviais, desconhecidos à cartografia antes de seu aparecimento no caminho das linhas ferroviárias e telegráficas.

Relacionando esta onda de interêsse e atividade no campo da geografia com o crescente problema indígena, é claro e significativo que esta forma de penetração, tal como a das comissões de limites, das linhas de comunicação e dos etnólogos, intensificou-se durante as duas primeiras décadas da República, chegando ao seu volume máximo entre 1908 e 1910, justamente na época em que se deu uma solução ao problema indígena. Em novembro de 1908, um dos mais destacados engenheiros e geógrafos brasileiros, Francisco Bhering, passou em revista os sucessos dos três ou quatro anos anteriores e descreveu a fase de exploração em desenvolvimento como "geografia heróica". O avanço econômico da nação, êle disse, iria depender da continuação do levantamento topográfico e da obtenção de dados mais detalhados de cartografia. Sòmente com a confecção de mapas mais exatos, o govêrno poderia corretamente avaliar ou explicar claramente ao público os melhoramentos completados ou projetados nos serviços postais, telegráficos, ferroviários, trabalhistas e médicos (21).

O estudo geográfico do interior forçosamente tinha que acompanhar o desenvolvimento econômico da nação. Por exemplo, a aprovação legislativa de concessões ferroviárias foi retardada sempre, quando as informações sôbre as regiões envolvidas estavam inadeqüadas. As vistas tanto do comércio como do govêrno estavam voltadas para as terras desconhecidas ou recém-descobertas no oeste e noroeste. Na Câmara dos Deputados um membro se levantou em 1909, para pedir que a cortina verde atrás do assento do Presidente fôsse trocada por um grande mapa do Brasil. Éle achou que tal ato tornaria as discussões mais claras e os trabalhos da Casa mais rápidos. Foram as seguintes suas palavras: "...é preciso sempre termos diante dos olhos o mapa dêste grande País" (22). Tal pedido na Câmara dos Deputados foi uma amostra e mais do que isso, um símbolo, do interêsse intenso da nação nas re-

^{(21). —} Bhering, "Os esquemas na Exposição Nacional", Jornal do Comércio, 12 de novembro de 1908, pág. 21, cols. 5-6.

^{(22). —} Deputado José Carlos na sessão de 29 de setembro de 1909, Annaes da Camara dos Deputados: Sessões de 16 a 30 de Setembro de 1909, VIII (Rio de Janeiro, 1910), pág. 713. Esta publicação será posteriormente citada como Anais da Câmara dos Deputados: 1909, VIII.

giões pouco conhecidas de seu vasto interior, por volta de 1909. No mesmo ano, o apôio entusiástico ao Primeiro Congresso Nacional de Geografia constituiu uma prova mais concreta. E em junho de 1910 havia sinais no **Jornal do Comércio** de uma esperança de que tinha chegado o tempo para integrar os muitos problemas regionais de exploração e levantamento em um programa de investigação geográfica, de âmbito nacional (23).

Como as outras formas de penetração já mencionadas, também a exploração geográfica de regiões apenas habitadas por tribos nativas encontrou uma certa resistência por parte dos índios. Ao contrário dos etnólogos, os geógrafos raramente se podiam expressar nos dialetos indígenas. Eles tinham uma tarefa a cumprir e geralmente estavam ansiosos para completála o mais depressa possível. Alguns dêles foram assediados por dificuldades sérias. Em 1905, no vale do rio do Peixe, uma expedição da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo esteve por muitos dias sob os ataques repetidos dos índios coroados. Quase um ano mais tarde, em setembro de 1906, um outro grupo da mesma Comissão Geográfica encontrou oposição igualmente tenaz. Quatro de seus membros foram feridos nas suas canoas no rio do Peixe, por um enxame de flechas de uma borda saliente (24). Muitos outros exemplos de conflitos semelhantes poderiam ser citados. Ataques e contra-ataques mesmo quando não acompanhados por perdas de vida ou ferimentos sérios, contribuiram para o mal-estar crescente nas relações entre certas tribos indígenas e representantes da civilização usurpadora, durante as primeiras duas décadas da República.

Comissões de limites e a intervenção governamental no Acre, a extensão ferroviária e telegráfica, as explorações etnológicas e geográficas, cada um dêstes fatôres tinha contribuído para que se ficasse mais consciente da presença do índio, depois do advento da República. Cada fator constituiu uma nova violação do isolamento indígena e tinha despertado

^{(23). -} Jornal do Comércio, 17 de junho de 1910, pág. 4. cols. 2-3.

^{(24). —} Um breve relatório dêstes ataques aparece no artigo final (22 de jane'ro de 1910, pág. 5, cols. 4-7) de uma série intitulada "A evolução dos trabalhos geográficos em São Paulo", escrita pelo diretor da Comissão Geográfica, João P. Cardoso, e publicada durante todo o mês de Janeiro no Jornal do Comércio. Para uma exposição mais completa dêste conflito indígena vide o relatório oficial destas expedições: Commissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo. Exploração do Rio do Peixe, 1907 (São Paulo, 1907), 16 págs. Esta comissão será posteriormente citada como Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

na população nativa um certo ressentimento e uma resistência aberta.

Aquêles índios que se opunham à vanguarda pioneira da civilização foram gradativamente exterminados. Os que tinham aceito êstes pioneiros se tornaram cada vez mais vítimas da doença e da exploração. Embora a ampla publicidade dada às atividades e descobertas dos agentes da expansão ocidental no Brasil tenha servido para melhor aproximar o índio e seus problemas ao govêrno e ao público em geral, e embora tal publicidade se tenha tornado cada vez mais simpática às raças nativas, acreditou-se em vastos círculos do Brasil, ainda em 1908, que a crueldada dos ataques indígenas e das represálias dos brancos fôsse um mal necessário acompanhando o progresso econômico e a primeira etapa da expansão territorial em regiões habitadas por índios.

Para a maior parte dos brasileiros era evidente que não foram os índios que tinham iniciado esta luta. Sua desorganização, e falta de número suficiente e o armamento fraco impediram que êles pudessem entrar no território dos brancos com um mínimo de esperança de desalojá-los de terras já ocupadas. Nem a possibilidade de saque era um incentivo suficiente ao índio para arriscar sua vida. O conflito entre o nativo e o brasileiro não era mais do que a resistência desesperada por parte dos indígenas, à invasão terrível de seus territórios de caça. Não foi fácil ao govêrno justificar ou explicar esta nova invasão do último refúgio dos índios. Embora o tratamento injusto da população nativa, acompanhado da oposição incômoda dos índios ao desenvolvimento econômico do interior do país, causasse um dos maiores problemas da nação, em 1908 não havia ainda nenhuma expressão forte da opinião pública sôbre êste assunto. Também não se tinha adotado uma política governamental claramente definida. Talvez a aceitação malévola dêste infeliz estado de coisas poderia ter continuado por vários anos, se, durante êste mesmo período, um choque ainda mais desesperador entre os nativos e os invasores não o tivesse posto em evidência.

(Continua no próximo número).

DAVID HALL STAUFFER